



# Certificação

Certificamos que **VALMIR ARAUJO DA SILVA** participou do curso "LICITAÇÃO E CONTRATOS, PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO", no período de 11 a 15 de agosto de 2008, com carga horária de 30h, sob o registro nº 19969.

Salvador/BA, 15 de agosto de 2008

**ADELINA MENDES BORGES**  
INSTRUTORA



## "LICITAÇÃO E CONTRATOS, PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO"

### PROGRAMA

A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E AS LICITAÇÕES PÚBLICAS  
COMISSÃO PERMANENTE E ESPECIAL DE LICITAÇÃO  
DESIGNAÇÃO DO PREGOEIRO E DE SUA EQUIPE DE APOIO

SITUAÇÕES QUE SERÃO USADAS AS COMISSÕES DE LICITAÇÃO E OS PREGOEIROS.

FASES DO PROCESSO LICITATÓRIO: Fase Interna ou Preparatória; Fase Externa; Duração de cada fase; Burocracia do processo licitatório; Perda de Recurso Orçamentário e Financeiro; Princípios básicos; Elaboração do Projeto Básico/Executivo; Elaboração de Termo de Referência (Pregão).

MODALIDADES DE LICITAÇÃO: Como escolher a melhor modalidade de acordo com o objeto a ser contratado; Tabela de compras; Como calcular o valor do contrato para não fracionar a despesa.

DEFINIÇÃO DO OBJETO: Compra; Contratação de Obra; Contratação de Serviço; Alienação; Locação; Concessão ou Permissão.

DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES: Em que situações poderão ser usadas; Formalização do processo - Prazos; Ratificação pela autoridade competente; Em que situação a Administração poderá recorrer a dispensa de licitação em caráter emergencial na forma do art. 24, Inciso IV da Lei nº 8.666/93; Estudo de Decisões do TCU.

ELABORAÇÃO DE ATOS CONVOCATÓRIOS: Edital e Convite; Técnicas de Redação; Por que o Edital é considerado a Lei Interna do processo licitatório; Quais são os anexos do Ato Convocatório.

RECURSOS: Formas: Administrativa e Judicial; Prazos e procedimentos.

O PROCESSO DE HABILITAÇÃO DAS EMPRESAS: Registros Cadastrais; Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF; Obrigatoriedade das empresas manterem as condições de habilitação em todas as etapas do processo.

CONTRATO: Indicação do Fornecedor; Contratação; Não obrigatoriedade de contratação; Instrumentos que substituem o contrato, quando for o caso

PREGÃO: Formas de realizar; Pregão Presencial e Eletrônico; Base Legal; Procedimentos da Sessão Pública Presencial e Eletrônico; O que é vedado ao Pregão; Vantagens do Pregão; Obrigatoriedade de usar o Pregão para as aquisições de Bens e Serviços Comuns na forma do Decreto nº 5.450/2005.

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: Conteúdo; Cláusulas Necessárias e Acessórias; Cláusulas Exorbitantes; Em que situação a Administração é obrigada a firmar Contrato; Instrumentos que substituem o Contrato; Estudo das Cláusulas Exorbitantes; Alteração dos Contratos; Contratos com Objeto Sigiloso; Duração dos Contratos; Prorrogação dos Contratos; Contrato Emergencial; Assinatura do Contrato; Instrumentos Jurídicos: Termo Aditivo e Apostilamento; Publicação do Extrato de Contrato; Repactuação - Reequilíbrio Econômico-Financeiro quando podem ser usados; Garantias, quando for o caso; Fiscalização do Contrato: Designação do Gestor/Fiscal de Contrato; Casos de Rescisão do Contrato; Quando é que a Administração deve ressarcir o contratado; Sanções Administrativas; Direito de defesa; Pontos de Cautela com os Contratos que envolvam mão-de-obra.

LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 - ESTATUTO DA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE: Análise dos artigos relevantes nas licitações.

000120





# Curso para Capacitação em Controle Interno Municipal

*Certificamos que o(a) Sr.(a) VALMIR ARAÚJO DA SILVA, participou do CURSO PARA CAPACITAÇÃO EM CONTROLE INTERNO MUNICIPAL:*

- *Controle nos Processos de Licitação – Dispensa / Carta Convite / Inexigibilidade / Tomada de Preço / Leilão e Pregão*
- *Acompanhamento de Obras Cíveis – Técnicas de auditoria*
- *Pessoal Civil, Contratações Temporárias e Terceirizações – Técnicas de Auditoria*
- *Controle de Frota / Consumo de Combustível / Gestão de Bens Patrimoniais e Almoxarifado – Técnicas de auditoria*
- *Atendimento na Área Social – Educação / Assistência Social e Saúde – Técnicas de Auditoria*

*Carga horária total de 40 horas.*

Salvador, 30 de maio de 2007

  
Dom Publicações Legais



000121





# CERTIFICADO

Certificamos que *Valmir Araújo da Silva* participou do curso: *Licitações e Contratos Administrativos*, realizado no período de 21 e 22 de agosto do corrente ano, com a carga horária de 16 h, pela **TREINE - Treinamento & Negócios Ltda.**

Salvador, 22 de agosto de 2003

Instrutor: **Hélcio Andrade Júnior**

**TREINE Treinamento & Negócios Ltda**

0001





000123

Documento Assinado Digitalmente por: MURILO ALBUQUERQUE NASCIMENTO - 08/03/2025 13:01:28  
Acesse em: <https://e.ictm.ba.gov.br/cpp/validaDoc.seam> Código do documento: 92d2d94f-42d7-4283-9b23-3f073fc9c769

Este certificado encontra-se  
registrado no livro nº 01  
página nº 64  
Prat  
**TREINE Treinamento & Negócios Ltda**

# CERTIFICADO

Certificamos que *Valmir Araujo da Silva* participou do Curso: Descomplicando o Pregão - Presencial e Eletrônico, realizado nos dias 13 e 14 de junho do corrente ano, com a carga horária de 16h, pela TREINE - Treinamento & Negócios Ltda.

Salvador, 14 de junho de 2005

*Jerônimo Souto Leiria*

Instrutor: Jerônimo Souto Leiria

**TREINE Treinamento & Negócios Ltda**

0001



0001



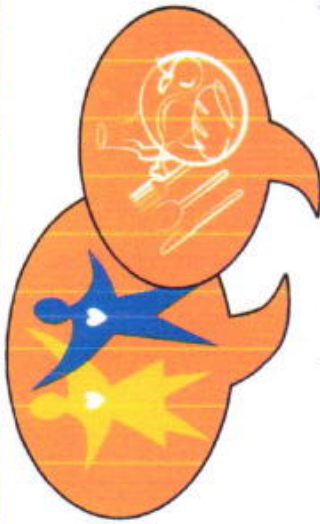
Documento Assinado Digitalmente por: MURILO ALBUQUERQUE NASCIMENTO - 08/03/2025 13:01:28  
Acesse em: <https://e.icm.br.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 92d2d94f-42d7-4283-9b23-3f073fc9c769

Este certificado encontra-se  
registrado no livro nº 02,  
página nº 70.

**TREINE Treinamento & Negócios Ltda**



V FÓRUM NACIONAL



DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

2009

# CERTIFICADO

O V FÓRUM NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, certifica a frequência como participante, do Sr(a). VALMIR ARAUJI DA SILVA no evento realizado em 8 de maio de 2009 no Centro de Convenções e Eventos Frei Caneca com carga horária de 09 horas.

São Paulo, 8 de maio de 2009



000126

837-NOO





# CERTIFICADO



IX SEMANA  
**CONTÁBIL  
E FISCAL**  
PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS  
Trazendo o futuro

Certificamos que

**Valmir Araujo da Silva**

participou do 5º Encontro de Gestores Públicos e  
da IX Semana Contábil e Fiscal para Estados e Municípios,  
realizados em Brasília (DF), de 24 a 28 de abril de 2017,  
tendo frequentado os módulos definidos no verso deste Certificado

Realização:



Apoio:



000127



Documento assinado digitalmente por: ALBUQUERQUE NASCIMENTO, 68/03/2023 13:01:28  
Acesse em: <https://eicm.ba.gov.br/cpf/validarDoc.seam> Código do documento: 92d2d94f-42d7-4283-9b23-3f073f69c769



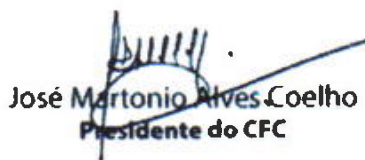
000128

Documento Assinado Digitalmente por: MURILO ALBUQUERQUE NASCIMENTO - 08/03/2025 13:01:28  
Acesse em: <https://e-icm.br.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 92d2d94f-42d7-4283-9b23-3f0731e9c769

Declaramos para os devidos fins que o(a) participante **Valmir Araujo da Silva** frequentou o(a) IX Semana Contábil e Fiscal para Estados e Municípios, realizado(a) em Brasília - DF, nos seguintes módulos:

- 5º Encontro de Gestores Públicos, Segunda 24/04 das 09:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00
- Mód. 01 - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, Terça 25/04 das 08:30 às 12:30
- Mód. 08 - Fundamentos de Responsabilidade Fiscal, Terça 25/04 das 14:00 às 18:00
- Mód. 04-B e 04-C - Procedimentos Contábeis Específicos - PCE (Consórcios Públicos) e (RPPS), Quarta 26/04 das 08:30 às 12:30
- Mód. 04-E e 04-A - Procedimentos Contábeis Específicos - PCE (Operação de Crédito) e (Concessões), Quarta 26/04 das 14:00 às 18:00
- Mód. 16 - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, Quinta 27/04 das 08:30 às 12:30
- Mód. 05-B - NBC TSP - Estrutura Conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Elementos das Demonstrações Contábeis, Quinta 27/04 das 14:00 às 18:00

Total: 32 horas.



José Martonio Alves Coelho  
Presidente do CFC

A aceitação desta declaração está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço:  
<http://www1.cfc.org.br/certificado>

Código de validação: QQ4C NGPW NEJH K2AX



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARARI**  
Praça Alfredo Viana, 02 – Centro – Jaguarari - BA  
CNPJ: 13.988.316/0001 – 85



Documento Assinado Digitalmente por: MURILLO ALBUQUERQUE NASCIMENTO - 08/03/2025 13:01:28  
Acesse em: <https://e.lem.ba.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 92d2d94f-42d7-4283-9b23-3f0736c9c769

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins de capacidade técnica que, o Sr. VALMIR ARAÚJO DA SILVA, portador da Cédula de Identidade nº. 01.799.070-00-SSP-BA e CPF nº. 180.165.705-00, residente e domiciliado à na Rua Jogos Olímpicos, nº. 163, Bairro Gamboa, CEP 48970-000, na cidade de Senhor do Bonfim(BA), prestou serviços temporários de assessoria e consultoria no apoio e elaboração de projetos, na área de licitação pública, documentos inerentes a processos administrativos, contratos e termos aditivos, junto ao Setor de Licitação e Contratos deste Município, no período de 09 de setembro a 31 de dezembro de 2013, sempre atuando com ética, profissionalismo integridade e compromisso com o resultado final.

Atestamos também que, desconhecemos quaisquer atitudes que desabonem a conduta do referido profissional.

Por ser esta a expressão da verdade, firmamos o presente.

Jaguarari (BA), 09 de novembro de 2016.

  
ANTÔNIO FERREIRA DO NASCIMENTO  
Prefeito Municipal

TABELIONATO DE NOTAS DO 1º OFÍCIO DA COMARCA DE SENHOR DO BONFIM - BA  
Av. Roberto Santos, 57 - Centro - Senhor do Bonfim - BA - Fone: (74) 3633-0000 - [www.comarcasempreonline.com.br](mailto:www.comarcasempreonline.com.br)  
Ademir Passos Carneiro - Tabelião

Reconheço por SEMELHANÇA 0001 firma(s) de ANTONIO FERREIRA DO NASCIMENTO (141718)...

Emol: R\$ 2,46 Taxa: R\$ 1,34 Total: R\$ 3,80  
Setor: 0515, AB 103750-7  
Em estampa ( )  
INDYHAN OLIVEIRA CARVALHO - SUB-TABELIÃO  
Senhor do Bonfim - Bahia 23/11/2016

0615.AB103750-7  
Autenticação  
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

# CERTIFICADO

O Instituto Municipal de Administração Pública – IMAP certifica que

**VALMIR ARAUJO DA SILVA**

Concluiu o **CURSO DE FORMAÇÃO DE PREGOEIRO**, realizado na cidade de Salvador/BA, nos dias 01 e 02 de dezembro de 2016, com carga horária total de 14 horas, conforme conteúdo programático em anexo.

Salvador/BA, 02 de dezembro de 2016.

Curso de  
**FORMAÇÃO  
DE PREGOEIRO**

  
José Reis Aboborcira  
Presidente do IMAP



0001





00013



Documento Assinado Digitalmente por: MURILO ALBUQUERQUE NASCIMENTO - 08/03/2025 13:01:28  
Acesse em: <https://e-icm.ba.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 92d2d94f-42d7-4283-9b23-3f073e9c769

## **8.0. SRP – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

*Palestrante: Rafael Logrado*

- 8.1. Dos aspectos gerais do sistema de registro de preços
- 8.2. O conceito do sistema de registro de preços
- 8.3. Da previsão normativa e necessidade de regulamentação do sistema de registro de preços
- 8.4. Do cabimento do registro de preços
- 8.5. Dos órgãos integrantes do registro de preços
- 8.6. Da intenção do registro de preços
- 8.7. Dos atores no sistema de registro de preços
- 8.8. Órgão gerenciador e suas competências
- 8.9. Órgão participante e suas competências
- 8.10. Da licitação no sistema de registro de preços
- 8.11. Modalidades e critérios de julgamento utilizados no sistema de registro de preços
- 8.12. Do edital de licitação para registro de preços
- 8.13. Do registro de preços, cadastro de reserva e da validade da ata
- 8.14. Da assinatura da ata e da contratação com fornecedores registrados
- 8.15. Da revisão e do cancelamento dos preços registrados
- 8.16. Da utilização da ata de registro de preços por órgão ou entidades não participantes
- 8.17. Requisitos para adesão
- 8.18. Limitações à adesão
- 8.19. Críticas acerca da figura do carona no sistema de registro de preços
- 8.20. Das vantagens na utilização do sistema de registro de preços
- 8.21. Do Sistema de Registro de Preços Permanente

## **9.0. CONTRATO ADMINISTRATIVO VINCULADO AO PREGÃO: REQUISITOS, FISCALIZAÇÃO, ALTERAÇÃO E PUBLICAÇÃO**

*Palestrante: José Reis Aboboreira de Oliveira*

## **10.0. CHECK LIST DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL PARA ATENDIMENTO A RESOLUÇÃO TCM/BA Nº 1340/2016**

*Palestrante: Viviane Estrela*

## **11.0. CRIMES NAS LICITAÇÕES**

*Palestrante: Cristiano Lázaro*

## **12.0. SIMULAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL**

*Palestrante: José Reis Aboboreira de Oliveira*

# Certificado

A Negócios Públicos Eventos confere a presente certificado a

Valmir Araújo da Silva

por sua participação e conclusão no curso

“Contratação Direta, Dispensa, Inexigibilidade e  
Sistema de Registro de Preços”

realizado dias 15 e 16 de Julho de 2010, em Salvador - BA



NEGÓCIOS PÚBLICOS  
EVENTOS

  
Coordenação  
Negócios Públicos Eventos

  
Instrutora  
Fernanda Andrade

000132



*[Local reservado para o registro]*



Controle interno da  
instituição

*Diploma Registrado*

sub n.º.

Na livra n.º:

folha:

*F.m*

Assinatura do  
encarregado do Setor

[Local reservado para futuras  
habilitações ou averbações]

# Conteúdo Programático

- 1) Os princípios norteadores e as prioridades previstas pela Lei de Licitação para a compra e contratação pública; aspectos inerentes quanto à conexão e aplicabilidade das licitações dispensáveis, inexoráveis e integrais – suas particularidades, compatibilidade e diferenças;
  - 2) Definição e especificações legais do objeto; requisitos normativos indispensáveis ao atendimento do objeto; possibilidade de exigência e análise de amostras, controle e qualidade;
  - 3) Considerações sobre as vantagens e desvantagens relacionadas a padronização de itens;
  - 4) Continuação do serviço técnico profissional especializado de natureza regular, serviços similares, fornecedor com provávelmente exclusão, profissionais de notória especialização, profissionais-artistas;
  - 5) Fundamentos e princípios basilares da contratação direta; possibilidades de dispensa; justificativas, motivos e documentos necessários; possibilidade de fracionamento do objeto;
  - 6) Posicionamento do Tribunal de Contas da União sobre os temas abordados;
- O Sistema de Registro de Preços (SRP)
- Anexo Legal
- A Regulamentação
- O SRP e as Licitações Convencionais
- O SRP e o Sistema de Registro Global
- O SRP e a Pré-Qualificação
- A questão da Padronização
- Vantagens e Desvantagens
- Condições Ilíquidas
- As Modalidades de Licitação Administrativas
- As Diversas Etapas da Implantação
- A Lei de Registro de Preços
- A questão do Contrato On
- O preço Repactuação de preços Majoração de preços
- Medulação de preços
- O reajustamento A atualização financeira
- Considerações Gerais Indicações
- Inferência do benefício do registro
- A obrigatoriedade de fornecimento
- A participação múltipla no SRP
- O cancelamento do registro

Carga horária  
16 horas

NP Eventos e Serviços Ltda.

Rua Lourenço Pinto, 196 - Centro • CEP 80.010-160 • Curitiba/PR

CNPJ: 07.797.967/0001-95 • Inscrição Estadual: isento • Inscrição Municipal: 516.150-5

Phone: (55) 41 3778 1700 - Fax: (55) 41 3778 1752 • E-mail: [faitecom@npeveves.com.br](mailto:faitecom@npeveves.com.br)



Documento Assinado Digitalmente por: MURILO ALBUQUERQUE NASCIMENTO - 08/03/2025 13:01:28  
 Acesse em: <https://e-icm.ba.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 92d42d04f-42d7-4283-9b23-3f8



**FACULDADES INTEGRADAS IPITANGA - FACIIP**  
**FUNDAÇÃO CÉSAR MONTES - FUNDACEM**

FUNDACEM



FUNDAÇÃO CÉSAR MONTES

# CERTIFICADO

*Certificamos que VALMIR ARAUJO DA SILVA concluiu o Curso de EXTENSÃO em*

**LICITAÇÕES, CONTRATOS E FORMAÇÃO DE PREGOEIRO, promovido pelas Faculdades**

**Integradas Ipitanga – FACIIP e Fundação César Montes - FUNDACEM no período de maio**

**a julho de 2015 com duração de 100 h.**



*Salvador - Bahia, 12 de julho de 2015.*

Cristiane Paula Favares Costa  
Diretora Acadêmica das Faculdades  
Integradas Ipitanga - FACIIP

José César Montes  
Coordenador Geral do Curso  
Presidente da FUNDACEM

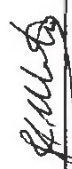
000134





HISTÓRICO ESCOLAR

| DISCIPLINA                        |  | CH  | NOTA | PROFESSOR                         | TITULAÇÃO    |
|-----------------------------------|--|-----|------|-----------------------------------|--------------|
| LICITAÇÃO E FORMAÇÃO DE PREGOEIRO |  | 60  | 9,4  | RITA TOURINHO                     | MESTRA       |
| CONTRATOS PÚBLICOS                |  | 40  | 9,4  | ORLANDO GOMES DA SILVA            | ESPECIALISTA |
| CARGA HORÁRIA TOTAL               |  | 100 | 100  | O ALUNO OBTVE FREQUÊNCIA MÉDIA DE |              |
| MÉDIA FINAL                       |  |     | 9,4  | 100%                              |              |

  
COORDENADOR GERAL DO CURSO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FACULDADES INTEGRADAS IPITANGA - FACIIP

Nº DO REGISTRO: 1293 2015.2

REGISTRADO A FOLHA Nº: 247 DO LIVRO 02

LAURO DE FREITAS 17 DE agosto DE 2015

REGISTRADO POR: Soci. SEDIP / FACIIP

VISTO:  SECRETARIA GERAL

000135





INSTITUTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**CERTIFICADO**

Declaro que

**VALMIR ARAUJO DA SILVA**

concluiu o CURSO PRÁTICO - GESTÃO TRIBUTÁRIA, realizado no dia 3 de fevereiro de 2015, em  
Aracaju/SE, com carga horária de 8 horas.

Aracaju, 3 de fevereiro de 2015

  
**JOSÉ REIS ABOBOREIRA**

INSTRUTOR / PRESIDENTE DO IMAP

0001











# CERTIFICADO

Declaro que

**VALMIR ARAUJO DA SILVA**

concluiu o CURSO PRÁTICO - GESTÃO DE TRANSPARÊNCIA/LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO, PREGÃO PRESENCIAL, realizado no dia 2 de fevereiro de 2015, em Aracaju/SE, com carga horária de 8 horas.

Aracaju, 2 de fevereiro de 2015

  
**JOSÉ REIS ABOBOREIRA**  
INSTRUTOR / PRESIDENTE DO IMAP

0001







INSTITUTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

**PAINEL I – GESTÃO DA TRANSPARÊNCIA/LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO**

1.0. Noções gerais e objetivos

1.1. Acesso à informação: Previsão Constitucional.

1.2. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011: Lei de acesso à informação.

1.3. Home Page, Lei de acesso à informação e Lei 9.755/98.

1.4. Sistema de Informação ao Cidadão.

1.5. E-SIC e seu procedimento à luz da CF/88 e Lei de Acesso à Informação.

1.6. Criação de Ouvidoria.

1.7. Impacto da Lei de Acesso a informação no Cadastro de Fornecedores.

1.8. Mudanças introduzidas na LRF pela LC 131/09 e seu impacto na Lei de Acesso a Informação – Decreto regulamentador 7185/2010 – requisitos mínimos de qualidade da tecnologia e integração de sistemas

1.9. Criação do Diário Oficial do Município

1.9.1. Módulo Sistema de imprensa Oficial na Home Page e Lei de Acesso à Informação.

1.9.2. Geração de Diário Oficial - Tecnologia.

1.9.3. Termo de Referência e sua amostra no Pregão para contratação de Sistemas que atendam a Lei de Acesso à Informação, à luz das Cartilhas da CGU.

1.9.4. Gerenciamento de Documentos digitalizados e Lei de Acesso à Informação - Leis: nº 12.682/12, nº 8.159/1991 e as resoluções nº 20 (16 de julho de 2004), nº 75 (27 de abril de 2007) e nº 137 de maio de 2010) do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ.

2.0.5. Da indicação dos recursos orçamentários

2.0.6. Identificação da modalidade, do tipo e da forma de execução da licitação

2.0.7. Da comissão para recebimento de material - § 8º do art. 15, da lei nº 8.666/93

2.0.8. Da autorização da licitação pela autoridade competente superior

2.0.9. Autuação, protocolo e numeração do processo licitatório

2.0.10. Parecer de aprovação do edital e seus anexos

2.0.11. O conteúdo do aviso de licitação

2.1. Particularidades do Pregão

2.1.1. Credenciamento

2.1.1.1. Declaração de habilitação

2.1.1.3. Entrega dos envelopes

2.1.1.4. Abertura e condução da sessão

2.1.1.5. Sessão pública do pregão

2.1.1.6. Análise de propostas

2.1.1.7. Fase de lances - regras

2.1.1.8. Negociação

2.1.1.9. Abertura e Análise de documentos de habilitação

2.1.1.10. Aplicação da Lei Complementar 123/06

2.1.1.11. Declaração do vencedor

2.1.1.12. Recursos – intenção e razões / contrarrazões

2.1.1.13. Adjudicação

2.1.1.14. Encerramento da sessão

2.1.1.15. Ata

2.1.1.16. Homologação

2.1.1.17. Convocação e contratação

2.2. Peculiaridades do Pregão

2.2.1. Contratação de Pregoeiro

2.2.2. Capacitação de Pregoeiro

2.2.3. Irregularidade no Credenciamento

2.2.4. Recurso no Credenciamento

2.2.5. Declaração de Cumprimento de Requisitos de Habilitação

2.2.5. Valor de Referência

2.2.7. Análise de Propostas

2.2.8. Julgamento: Menor Preço

2.2.9. Lances: tempo e valor

2.2.10. Registro do Lance

2.2.11. Desistência da Proposta

2.2.12. Inexequibilidade de Propostas

2.2.13. Amostras

2.2.14. Proposta Reformulada

2.2.15. ME's e EPP's no Pregão

2.2.16. Recursos: momento, manifestação, razões por escrito

0001





# Certificado

*Valmir Araujo da Silva*

participou da oficina de

*Recursos Administrativos*

realizada em Foz do Iguaçu-PR, dia 22 de março de 2012.



0011686

Negócios Públicos Eventos  
Coordenação

Ronny Charles  
Instrutor



NEGÓCIOS PÚBLICOS®



# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOIEIROS

4º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS  
E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS  
FONE: 3015-5100

Protocolado sob o número

538.225

Registrado sob o número

486.328

Protocolado e Registrado na data

15/02/2012

Curitiba - Pr.

João Manoel de Oliveira Franco-Itu  
Maria Augusta de O. Franco-Substituto  
Rogério Moraes-Escrevente

Funarpen - Lei 13.228 de 18/07/2011  
Selo Digital nº 412509AAAAAF  
Controla 304023



## Termo de declaração

O presente certificado atribui a participação e conclusão na oficina "Recursos Administrativos", com carga Horária de 4 (quatro) horas, que ocorreu durante o "7º Congresso Brasileiro de Pregoeiros" com Carga Horária de 26 (vinte e seis) horas.



NP Eventos e Serviços Ltda.

Rua Lourenço Pinto, 196 - Centro • CEP: 80010-160 - Curitiba - PR • CNPJ: 07.797.967/0001-95 • Inscrição Estadual: isento • Inscrição Municipal: 516.150-5  
Tel: +55 41 3778 1700 • Fax: +55 41 3778 1752 • E-mail: falecom@npeventos.com.br

## Recursos Administrativos

- Fundamentos jurídicos
- Direito de Petição
- O Recurso Administrativo
- Espécies de recursos
- Legitimidade recursal
- Efeitos dos recursos
- Contagem dos prazos
- Conhecimento do recurso
- Coisa julgada administrativa
- Decadência, prescrição administrativa e preclusão
- Recursos nas Licitações
- Recursos na Lei nº 8.666/93
- Recursos na Lei nº 10.520/02
- Espécies
- Competência recursal
- Processamento
- Diligências
- Renúncia recursal
- Questões polêmicas

000141



Documento Assinado Digitalmente por: MURILO ALBUQUERQUE NASCIMENTO - 08/03/2025 13:01:28  
Acesse em: <https://eicm.ba.gov.br/epp/validador.seam> Código do documento: 92d2d94f-42d7-4283-9b23-3f0731e9c769



# Certificada



A Zênite Informação e Consultoria S.A. confere o presente certificado a

*Dalmir Araújo da Silva*

pela participação no Seminário Nacional "Contratação pública

– **Temas polêmicos e fundamentais para quem atua em licitações e contratos – De acordo com os entendimentos do TCU e tribunais superiores**", realizado nos dias 17, 18 e 19 de outubro de 2016, em Recife/PE.

Curitiba, 19 de outubro de 2016.

000142  
**ZENITE**

*Anadriça*  
**Anadriça Vicente de Almeida**  
Diretora de Capacitação e Aperfeiçoamento



# CONTRATAÇÃO PÚBLICA – TEMAS POLÊMICOS E FUNDAMENTAIS PARA QUEM ATUA EM LICITAÇÕES E CONTRATOS – DE ACORDO COM OS ENTENDIMENTOS DO TCU E TRIBUNAIS SUPERIORES

17 A 19 DE OUTUBRO DE 2016 • RECIFE/PE

19 e 20 DE OUTUBRO

RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO

## O REGIME DAS MICROEMPRESAS E AS REPERCUSSÕES NAS LICITAÇÕES E NOS CONTRATOS

- Benefícios e preferências concedidos às microempresas e empresas de pequeno porte conforme a LC nº 123/06 alterada pela LC nº 147/14 - Facultade ou obrigação?

Regularidade fiscal

Direito de preferência

Licitação exclusiva

Cota reservada

Subcontratação de ME/EPP

Preferência à ME/EPP situada local ou regionalmente

Dispersão pelo valor e a preferência à ME/EPP

Aplicabilidade do Decreto nº 8.538/15 - Estados, municípios e Poderes Judiciário e Legislativo podem ter regulamentação própria?

Preferência das MEs e EPPs sediadas local ou regionalmente e a disciplina do Decreto nº 8.538/15

Impactos no procedimento e cautelas no julgamento e Ordem do procedimento do preço

Situações que aliam as licitações diferenciadas para MEs/EPPs - Como comprovar e justificar?

Divisão do objeto e as licitações exclusivas

Measures práticas na condução das contratações públicas com as repensadas do regime das MEs/EPPs

PROPOSTA E LEVANTAMENTO DOS PREÇOS NO REGIME DAS MEs/EPPs

DE REGULARIZAÇÃO ADOPTADO NA IN Nº 05/14 DA SUPREMACIA

Pesquisa de preços como etapa do planejamento da contratação e na execução do contrato

Quem deve realizar a pesquisa de preços - Responsabilidade por falhas na pesquisa - Entendimentos dos tribunais

Cuidados no momento de realizar a pesquisa - Equivalência e comparação de requisitos técnicos, quantidade, unidade de medida

Quais pesquisas (cotações) devem ser realizadas e a justificativa no processo

Fontes de pesquisas

Fontes indicadas na IN nº 05/14 - Comparar, mídias especializadas e sites eletrônicos de contratações públicas, pesquisa em fornecedores

Fontes preferenciais, opção por uma única fonte ou por várias fontes de pesquisa

Fontes vedadas pela IN nº 05/14

Cuidados na realização de pesquisas junto a fornecedores

Data máxima da pesquisa para ser utilizada no processo

Contratação de sistema de preços públicos que auxiliem na pesquisa

Objetos que exigem a elaboração de planejamento orçamentário de custos e preços

Definição de preço estimado e máximo e as repercussões no julgamento do preço

Erros na pesquisa e na estimativa e os impactos na licitação

Responsabilidade do agente competente pela pesquisa e responsabilidade do próprio pelo preço

Measures práticas na realização de pesquisas de preços nas contratações públicas

ALCANCE DA PROPOSTA, JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E O SANEAMENTO DE VÍCIOS

Proposta de preços

Avaliação dos aspectos técnicos e da proposta de preços - Momento do procedimento - Cautelas e boas práticas

Desclassificação antes da fase de lances no pregão - Cautelas e impactos

Licitação por item e por lotes - Lance por item ou por lote e os impactos no julgamento

Definição de intervalo para os lances

Suspensão do pregão e as orientações da Orientação Normativa nº 01/2016-SECEX/Ministério do Planejamento

Saneamento

Deletos na planilha de preços do vencedor - Regras da IN nº 02/08 SUPREMACIA

Deletos que podem ser corrigidos - Como corrigir?

Número de conexões aceitáveis

Saneamento X Alteração de preços unitários e global

Falta ou falha nos documentos de habilitação - Quando e quais os limites para o saneamento?

Diligências - Quando, como fazer e quais seus limites

Measures práticas na condução e no julgamento do pregão

REVISÃO, AJUSTE E REAPATUAÇÃO

Cabimento de revisão, do reajuste e da reapatuação

Marco inicial da contagem do prazo

Contratos com prazo inferior a 12 meses ou contratações emergenciais

Serviços contínuos sem alocação exclusiva de mão de obra - Reajuste por índice ou reapatuação

Falta de previsão de reajuste e reapatuação

Reapatuação - Divisão em montantes de mão de obra e insumos - Processamento e contagem do prazo

Revisão do contrato a favor da Administração

Novos direitos concedidos pela convenção coletiva e o direito a reapatuação

Preclusão do direito a reapatuação e ao reajuste na prorrogação e no encerramento do contrato

Procedimento para reajuste, reapatuação e revisão

Reapatuação e valores máximos previstos nas posturas

Formalização - Termo aditivo ou apostilamento

Reajuste, reapatuação e revisão da ata e dos contratos de SIP

Measures práticas na condução de revisões, reajustes e reapatuações

20 DE OUTUBRO

JOEL DE MENEZES NIEBUHR

## ALTERAÇÕES QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS (ACRESCIMOS E SUPRESSÕES)

Cabimento e limites das alterações qualitativas e quantitativas

Compensação entre itens acrescidos e suprimidos

Aplicação dos percentuais de 25% e 50% para acréscimos - Base e forma de cálculo nas compras e nos serviços

Manutenção da diferença percentual entre o preço global do contrato e o valor de referência nas obras - Decreto nº 7983/13

Inclusão de objeto novo e não previsto na planilha de custos

Formalização

Acrescimo da ata ou dos contratos do SIP

Measures práticas no processamento das alterações ao contrato

RESCISÃO DO CONTRATO E APLICAÇÃO DE SANÇÕES

Causas de extinção do contrato administrativo

Rescisão do contrato X Manutenção do contrato - ponderações necessárias para a tomada de decisão

Quando serão cabíveis e quais os motivos das rescisões administrativas, bilaterais e judiciais?

Cabimento das multas moratória e compensatória

Aplicação conjunta de multas moratória e compensatória em um mesmo contrato

Suspensão do direito de licitar e contratar, declaração de inidoneidade e impedimento de licitar e contratar (previsto na Lei nº 10.520/02 - Cabimento e motivação)

Extensão dos efeitos das penalidades e manutenção de contratos - Entendimentos do TCU e do STJ

Efeitos do descredenciamento do SICAF

Papel e responsabilidade do fiscal do contrato e da assessoria jurídica na aplicação de sanções

Autoridade competente para aplicação das sanções

Passo a passo do procedimento para a aplicação das penalidades previstas na Lei de Licitações e na Lei do Pregão - Providências, atos e decisões que devem ser tomados na aplicação das penalidades

Aplicação de penalidade após rescisão do contrato

Considerações pontuais sobre a Lei Anticorrupção - Lei nº 12.846/13

Measures práticas no processamento das alterações e aplicação de sanções







00014

Documento Assinado Digitalmente por: MURILO ALBUQUERQUE NASCIMENTO - 08/03/2025 13:01:28  
Acesse em: <https://e.icm.ba.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 92d2d94f-42d7-4283-9b23-3f073e9c769

# DIÁRIO OFICIAL



*Prefeitura Municipal  
de  
Campo Formoso*





000145

## ÍNDICE DO DIÁRIO

### AVISO

|                                                                               |  |
|-------------------------------------------------------------------------------|--|
| RESUMO DE EXTRATO DE CONTRATO .....                                           |  |
| RESUMO DE EXTRATO DE CONTRATO .....                                           |  |
| EXTRATO DE TERMO ADITIVO .....                                                |  |
| EXTRATO DE TERMO ADITIVO .....                                                |  |
| EXTRATO DE TERMO ADITIVO .....                                                |  |
| DESPACHO DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DA SESSÃO PÚBLICA ELETRÔNICA PE 060/23 ..... |  |

Documento Assinado Digitalmente por: MURILO ALBUQUERQUE NASCIMENTO - 08/03/2025 13:01:28  
Acesse em: <https://e.cem.ba.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 92d2d94f-42d7-4283-9b23-3f073fc9c769



000146

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO FORMOSO**  
ESTADO DA BAHIA  
Praça da Bandeira, 55 – Campo Formoso – Tel. 74 3645 1523 / Fax. 3645 1524  
CNPJ. Nº 13.908.702/0001 – 10

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

O Prefeito Municipal de Campo Formoso - BA, Senhor ELMO ALUÍZIO VIEIRA NASCIMENTO, Autoridade Competente torna pública a contratação:  
**CONTRATO Nº 002/2021 – INEXIGIBILIDADE 003/2021**  
**CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE CAMPO FORMOSO**  
**CONTRATADA – RCOSTA ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA**  
**OBJETO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM GESTÃO PÚBLICA, NA ÁREA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS, PARA ATENDER AO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL ORIGINÁRIO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2021.**  
Prorrogação da vigência Contratual de 12 (doze) meses, contados a partir do término da vigência do Termo Aditivo 01/2023, com término previsto para 07 de janeiro de 2025, observadas as disposições do art. 57, inciso II, da Lei nº. 8666/93.  
Assinatura 02 de janeiro de 2024.



000147

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO FORMOSO**  
ESTADO DA BAHIA  
Praça da Bandeira, 55 – Campo Formoso – Tel. 74 3645 1523 / Fax. 3645 1524  
CNPJ. Nº 13.908.702/0001 – 10

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

A Gestora do Fundo Municipal de Educação de Campo Formoso - BA, Senhora IRACY ANDRADE DE ARAÚJO, Autoridade/Competente torna pública a contratação.

**CONTRATO Nº 003/2021 – INEXIGIBILIDADE 003/2021**

**CONTRATANTE – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**CONTRATADA – R COSTA ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA**

**OBJETO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM GESTÃO PÚBLICA, NA ÁREA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS, PARA ATENDER AO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL. ORIGINÁRIO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2021.**

Prorrogação da vigência Contratual de 12 (doze) meses, contados a partir do término da vigência do Termo Aditivo 01/2023, com término previsto para 07 de janeiro de 2025, observadas as disposições do art. 57, inciso II, da Lei nº. 8666/93.

Assinatura 02 de janeiro de 2024

Documento Assinado Digitalmente por: MURILO ALBUQUERQUE NASCIMENTO - 08/03/2025 13:01:28  
Acesse em: <https://e.ccm.ba.gov.br/cpp/validador.seam> Código do documento: 92d2d94f-42d7-4283-9023-3f073fc9c769





000148

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO FORMOSO**  
ESTADO DA BAHIA  
Praça da Bandeira, 55 – Campo Formoso – Tel. 74 3645 1523 / Fax. 3645 1524  
CNPJ. Nº 13.908.702/0001 – 10

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Campo Formoso - BA, Senhor PAULO HENRIQUE ALBUQUERQUE NASCIMENTO, Autoridade Competente para a contratação:

**CONTRATO Nº 004/2021 – INEXIGIBILIDADE 003/2021**

**CONTRATANTE – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**CONTRATADA – R COSTA ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA**

**OBJETO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM GESTÃO PÚBLICA, NA ÁREA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS, PARA ATENDER AO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, ORIGINÁRIO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2021.**

Prorrogação da vigência Contratual de 12 (doze) meses, contados a partir do término da vigência do Termo Aditivo 01/2023, com término previsto para 07 de janeiro de 2025, observadas as disposições do art. 57, inciso II, da Lei nº 8666/93.

Assinatura 02 de janeiro de 2024.



# DIÁRIO OFICIAL

Prefeitura Municipal  
de Campo Formoso

Edição 1.549 — Ano 3  
21 de janeiro de 2021  
Página 1



Documento Assinado Digitalmente por: MURILO ALBUQUERQUE NASCIMENTO - 08/03/2025 13:01:28  
Acesse em: <https://e-cdi.ba.gov.br/cp/validaDoc.seam> Código do documento: 92d2d94f-42d7-4283-9b23-3f0731c9c769

## INEXIGIBILIDADE

0002/2021; 0003/2021; 0004/2021

0001



### PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO FORMOSO ESTADO DA BAHIA

Praça da Bandeira, 55 – Campo Formoso – Tel. 74 3645 1523 / Fax.  
3645 1524

CNPJ. Nº 13.908.702/0001 – 10

#### RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº 0002/2021  
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 002/2021

O Prefeito Municipal de Campo Formoso, Estado Bahia, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que foram vencidas as formalidades da Lei nº 8.666/93, em seu artigo 25, caput, em consonância com artigo 13, inciso III, e cumprindo o quanto disposto no Art. 26, in fine do mesmo diploma legal, frente ao processo administrativo, para contratação por Inexigibilidade, tombada sob nº 0002/2021, originado do Processo Administrativo nº 0002/2021, almejando a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos, na consultoria e assessoria jurídica especializada em Direito Público Municipal, ratifica a Inexigibilidade de Licitação e reconhece como contratada a empresa "RODRIGO MARTINS ADVOGADOS ASSOCIADOS CNPJ Nº 08.179.031/0001-82". O valor global orçado para a prestação dos serviços acima mencionados estima-se em R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), com valores mensais de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), no período de janeiro 07 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro 2021. Campo Formoso, 06 de janeiro de 2021. Elmo Aluizio Vieira Nascimento Prefeito Municipal.

#### RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº 0003/2021  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0003/2021

O Prefeito Municipal de Campo Formoso, Estado Bahia, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que foram vencidas as formalidades da Lei nº 8.666/93, em seu artigo 25, caput, em consonância com artigo 13, inciso III, e cumprindo o quanto disposto no Art. 26, in fine do mesmo diploma legal, frente ao processo administrativo, para contratação por Inexigibilidade, tombada sob nº 0003/2021, originado do Processo Administrativo nº 0003/2021, almejando a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de consultoria e assessoria em gestão pública municipal na área de licitações e contratos públicos para atender fundo municipal de educação, fundo municipal de saúde e a secretaria municipal de finanças e planejamento, ratifica a Inexigibilidade de Licitação e reconhece como contratada a empresa "COSTA ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ Nº. 08.840.722/0000-66. O valor global orçado para a prestação dos serviços acima mencionados estima-se em R\$ 7.000,00 para o Área de Licitação e Contratos Públicos na Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento e valor mensal de R\$ 9.500,00 para Área de Licitações e Contratos Públicos do Fundo Municipal de Saúde, e valor mensal de R\$ 9.500,00 para Área de Licitações e Contratos Públicos do Fundo Municipal de Educação para o período de 12 (doze) meses. Campo Formoso - BA, 07 de janeiro de 2021. Elmo Aluizio Vieira Nascimento, Prefeito Municipal.

#### RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº 0004/2021  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0004/2021

O Prefeito Municipal de Campo Formoso, Estado Bahia, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que foram vencidas as formalidades da Lei nº 8.666/93, em seu artigo 25, caput, em consonância com artigo 13, inciso III, e cumprindo o quanto disposto no Art. 26, in fine do mesmo diploma legal, frente ao processo administrativo, para contratação por Inexigibilidade, tombada sob nº 0004/2021, originado do Processo Administrativo nº 0004/2021, almejando a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos, na consultoria e assessoria jurídica especializada em Direito Público Municipal, ratifica a Inexigibilidade de Licitação e reconhece como contratada a empresa "JG CONTABILIDADE PÚBLICA LTDA CNPJ Nº 40.521.585/0001-00". O valor global orçado para a prestação dos serviços acima mencionados estima-se em R\$ 405.000,00 (quatrocentos e cinco mil reais), em 13 (treze) parcelas mensais de R\$ 30.650,00 (trinta mil reais) sendo a 13ª no mês de dezembro de cada ano, correspondente aos procedimentos de elaboração e acompanhamento do balanço anual, além de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) anuais que correspondem à elaboração dos instrumentos PPA, Plano Plurianual, LOA Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA Lei Orçamentária Anual, no período de janeiro 06 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro 2021. Campo Formoso, 06 de janeiro 2021. Campo Formoso, 07 de janeiro de 2021. Elmo Aluizio Vieira Nascimento, Prefeito Municipal.

Certificação Digital: DMSZE7XW-1ZPQXEWN-RQE1H6KB-N3IGMMRB

Versão eletrônica disponível em: <http://campoformoso.ba.gov.br>

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil



**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

00015



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO FORMOSO**  
**ESTADO DA BAHIA**  
Praça da Bandeira, 55 – Campo Formoso – Tel. 74 3645 1523 / Fax. 3645 1524  
CNPJ. Nº 13.908.702/0001 – 10

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

O Prefeito Municipal de Campo Formoso - BA, Senhor ELMO ALUÍZIO VIEIRA NASCIMENTO, Autoridade/Competente toma pública a contratação:

**CONTRATO Nº 002/2021 – INEXIGIBILIDADE 003/2021**

**CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE CAMPO FORMOSO**

**CONTRATADA – RCOSTA ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA**

**OBJETO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM GESTÃO PÚBLICA, NA ÁREA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS, PARA ATENDER AO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, ORIGINÁRIO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2021.**

Prorrogação da vigência Contratual de 12 (doze) meses, contados a partir do término da vigência do Termo Aditivo 01/2023, com término previsto para 07 de janeiro de 2025, observadas as disposições do art. 57, inciso II, da Lei nº 8666/93.

Assinatura 02 de janeiro de 2024.